

# ***10 ANOS DA REVISTA ADMINISTRAÇÃO***

*José L. S. Marques* \*

Por ocasião da passagem do 10.º Aniversário da Revista *Administração*, é com muito prazer que lhe dedico este breve apontamento, esperando que ela continue a proporcionar-nos, seus atentos leitores, a vasta gama de assuntos a que nos habituou e que constitui, a nosso ver, uma das fortíssimas razões para o seu inegável êxito.

Cabe-lhe, antes de tudo o mais, o papel de disseminar entre os agentes da Administração Pública, Órgãos de Poder e administrados, que a um tempo somos (também) todos nós, as experiências e o desenvolvimento das grandes questões que se colocam actualmente à Administração de Macau, como sejam, a título exemplificativo, as da localização, da formação de quadros e a modernização administrativa, não relegando porém, para segundo plano, o tratamento de temas genéricos que interessam ao desenvolvimento deste território, ao qual a máquina administrativa deve adequar-se para melhor servir os seus cidadãos.

Noutra vertente, a evolução da Administração Pública de Macau ao longo da sua existência, poderia, ela própria, ser objecto de análise e avaliação, tal como começa a acontecer com a história de algumas das suas instituições. Quais eram os recursos existentes e como foram empregues há cem ou cento e cinquenta anos atrás, quando reinava a penúria e Macau era uma paupérrima colónia do Império Português, cuja localização a grande maioria dos portugueses desconhecia? Como era

---

\* Economista. Presidente do Leal Senado. Membro do Conselho Consultivo do Governador.

construído o relacionamento com a grande China e estabelecidas as ligações com a população do Território? Todas estas questões poderiam ajudar a compreender melhor o que era a Administração em tempos anteriores ao nosso e, eventualmente, fazer-lhe justiça!

E, nos tempos que correm, como se relacionam Administração e administrados? Porque, se não restam dúvidas que, no plano dos princípios, é genericamente aceite que a primeira deve estar ao serviço dos segundos, quantos, na prática quotidiana, assim o entendem e incentivam os seus agentes a fazê-lo? Não obstante alguns passos dados no aspecto legislativo, através do Código de Procedimento Administrativo e de outra legislação diversa, recentemente aprovada, para elevar o nível do relacionamento atrás referido, muito haverá, ainda, a fazer. A formação e a sensibilização do pessoal poderá contribuir fortemente para mais e melhores resultados e a Revista *Administração* poderá abrir as suas páginas para que os utentes dos serviços exponham as suas opiniões e os problemas que concretamente encontram quando se dirigem a um dos balcões dos serviços da administração sendo estes seleccionados e publicados com o devido comentário, por quem de direito.

Uma Administração moderna, para cumprir bem o seu papel, deve saber, sobretudo os seus responsáveis máximos, que o sucesso depende, única e exclusivamente, da sua capacidade em cumprir os projectos que lhe são determinados pelas instâncias políticas e contribuir para o bem estar e felicidade da população a quem têm, por obrigação máxima, de servir. É isso que se pretende numa sociedade livre e democrática. Neste sentido, é também crucial que os objectivos e o prestígio de uma Administração não se deixem ferir pelas atitudes e comportamentos menos correctos de alguns dos seus agentes. É frequente verificar-se, a coberto de prerrogativas que não existem, agentes da administração agirem de forma a fazer supor, perante utentes e a população em geral, que gozam do dom da infalibilidade, que podem fazer o que lhes apetece. Por essas e por outras, a administração deve estar muito atenta a quaisquer sinais de abuso de autoridade dos seus agentes e desenvolver dentro de si anticorpos que reduzam ao mínimo a probabilidade de

ocorrência dessas tão lamentáveis situações. Estes anticorpos existem e eles podem chamar-se, desde já, simplificação burocrática e transparência nas decisões. Mas, também podem revestir a forma de maior rigor e disciplina interna nos serviços, novos sistemas e métodos de avaliação dos agentes e da sua prestação, a abertura de novos canais de comunicação com os utentes e o público em geral, o tratamento sério e sistemático das queixas e sugestões do público, o acompanhamento destes assuntos pelos mais altos dirigentes.

Que, neste complexo período que vivemos, com tarefas urgentes e inadiáveis para a Administração, não se perca a oportunidade histórica de também fazer afirmar certos princípios que devem reger a relação entre administrandos e administrados, cultivando entre os novos responsáveis o respeito pelo princípio de serviço público, de humildade, de honestidade, de isenção, e do primado da lei.

Que a Revista *Administração*, nos longos anos de existência que, de certeza, ainda vai ter, seja um veículo útil e eficaz para fomentar o relacionamento que atrás referi, eis os nossos votos.

Uma vez mais, agradeço a oportunidade que me concederam para deixar este apontamento.

